

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

RDT - Recurso de Desenvolvimento Tecnológico

PLANO DE TRABALHO

**QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NAS
MODALIDADES MESTRADO INTERINSTITUCIONAL ACADÊMICO E
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL ACADÊMICO**

**FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, COM FOCO
PRINCIPAL NOS SERVIDORES EM EXERCÍCIO NA ANTT**

Vale S.A. Estrada de Ferro Carajás - EFC

17/10/2025

SUMÁRIO

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO	3
1.1. Título do Projeto	3
1.1.1. Linha de Inovação e Desenvolvimento	3
1.1.2. Temas.....	3
1.2. Objetivos.....	3
1.2.1. Objetivo Geral	3
1.2.2. Objetivos Específicos	3
2. JUSTIFICATIVA.....	4
3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	5
3.1. Métodos e técnicas utilizadas	5
3.2. Etapas.....	11
4. PREVISÃO DE INÍCIO, TEMPO DE EXECUÇÃO E CUSTO TOTAL	13
5. LOCAL DE EXECUÇÃO.....	14
6. ENTIDADE E EQUIPE EXECUTORA.....	14
6.1. Identificação da entidade.....	14
6.2. Identificação da equipe executor.....	15
7. PRODUTOS.....	15
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / NORMATIVOS APLICÁVEIS	16
9. ANEXOS DO PLANO DE TRABALHO.....	17

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

1.1. Título do Projeto

Qualificação de Profissionais de Nível Superior nas modalidades Mestrado Interinstitucional Acadêmico (MINTER) e Doutorado Interinstitucional Acadêmico (DINTER).

1.1.1. Linha de Inovação e Desenvolvimento

Em consonância com a Resolução nº 6.021, de 20 de julho de 2023, o projeto se enquadra prioritariamente na diretriz descrita no inciso VI do artigo 3º, que define como objetivo o “desenvolvimento de cursos de formação em diversos níveis acadêmicos, a serem oferecidos para o setor público e privado, com vistas ao aperfeiçoamento de pessoal”.

Também em consonância com a Resolução nº 6.021, de 20 de julho de 2023, inciso VIII do artigo 4º este projeto possui como objetivo a “formação e o aperfeiçoamento profissional”.

1.1.2. Temas

O projeto é definido pelos seguintes temas:

- Área de concentração dos cursos de mestrado e doutorado: Direito da Regulação.
- Temas que definem o projeto: regulação, instituições, controle da Administração Pública, melhoria regulatória, regulação setorial, infraestrutura, transportes.
- Linhas de pesquisa: Governança regulatória, Instituições e Justiça; Economia, Intervenção e Estratégias regulatórias.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

O principal objetivo do projeto é desenvolver serviço técnico profissional especializado à ANTT na prestação de serviços educacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, na qualidade de instituição que responde pela promoção, gestão, coordenação acadêmica e garantia do padrão de qualidade do projeto de curso de pós-graduação stricto sensu, nas modalidades Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER e DINTER, respectivamente), a ser realizado nos termos da Portaria CAPES nº 120, de 26 de junho de 2023.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Capacitar até 45 candidatos para formação acadêmica, distribuídos em até 30 vagas para o curso de mestrado e até 15 vagas para o curso de doutorado.
- Ofertar as disciplinas necessárias e oportunidades de grupos de pesquisa para a integralização dos créditos em cada um dos cursos;
- Indicar orientação para o desenvolvimento das dissertações e teses de doutorado;

- Criar as condições para que os mestrandos e doutorandos possam realizar os exames de qualificação dos seus trabalhos.

2. JUSTIFICATIVA

O presente projeto foi elaborado em consonância com o disposto no inciso I, do artigo 8º, da Resolução nº 6.021, de 20 de julho de 2023. Não se destinando ao cumprimento das obrigações contratuais regulares atribuídas à concessionária.

O setor de transportes, assim como outros setores de infraestrutura, é fortemente regulado. Conhecer o direito da regulação e produzir conhecimento destinado ao desenvolvimento de diagnósticos precisos sobre o setor e soluções inovadoras, a partir de trabalhos acadêmicos rigorosos, para desafios jurídicos enfrentados em seu âmbito é, nesse contexto, fundamental para a qualificação de profissionais que nele atuam diretamente, nas condições de regulador, regulado ou controlador.

No presente caso, a oferta de cursos de mestrado e de doutorado visa à máxima qualificação e ao aprofundamento de habilidades críticas, analíticas e de pesquisa para a busca de soluções sofisticadas e inovadoras para a melhoria do ambiente regulatório no setor de transportes, possibilitando maior qualidade na produção e revisão de normas regulatórias, no monitoramento de escolhas regulatórias, no exercício da atividade de controle de escolhas regulatórias e na prestação de serviços no setor, de modo a ampliar os seus níveis de eficiência e segurança jurídica em benefício de usuários e de toda a sociedade.

Por esses motivos o projeto de qualificação de profissionais focado em Direito da Regulação contribui para a realização dos objetivos fixados na Resolução nº 6.021 de 20 de julho de 2023 da ANTT e é amparado pela Portaria nº. 120/2032 da CAPES.

O presente RDT atende as diretrizes “desenvolvimento de cursos de formação em diversos níveis acadêmicos, a serem oferecidos para o setor público e privado, com vistas ao aperfeiçoamento de pessoal” (art. 3º, IV) e irá capacitar profissionais que atuam no setor. As inovações para o setor, para o ambiente regulatório nacional e para a sociedade estão diretamente relacionadas às dissertações de mestrado e tese de doutorado que serão construídas pelos discentes a partir da identificação de problemas de pesquisa relacionados à compreensão e/ou superação de desafios teóricos e práticos do direito da regulação.

A oferta de cursos de mestrado e de doutorado interinstitucionais justifica-se em diversos níveis. De acordo com o artigo 3º da Portaria 120/2023 da CAPES, são objetivos dos Projetos de Minter e de Dinter:

- I. viabilizar a formação de mestres e doutores fora dos centros consolidados de ensino e pesquisa, com igual padrão de qualidade;
- II. subsidiar a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu* para reduzir assimetrias regionais;
- III. auxiliar no fortalecimento de grupos de pesquisa;
- IV. qualificar recursos humanos para atuação no mercado de trabalho;
- V. atender demandas sociais, profissionais, técnicas e tecnológicas das organizações públicas ou privadas;

- VI. contribuir para o aumento da produtividade e competitividade das organizações brasileiras;
- VII. promover a cooperação entre instituições acadêmicas e/ou não acadêmicas.
- VIII. promover a redução de desigualdades sociais e a inclusão de grupos em condições de vulnerabilidade ampliando o acesso à pós-graduação *stricto sensu*.

No presente projeto, embora a região do Distrito Federal não seja propriamente assimétrica, a especificidade da área de concentração do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito da Regulação da FGV Direito Rio, consolidado e atualmente com nota 5 no sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, supre lacuna de formação em tema especificamente central para o desempenho de atividades desenvolvidas por diversas instituições que lidam direta e indiretamente com regulação na região. Com outras palavras, é a especialidade em direito da regulação que fundamenta a importância dos cursos de Minter e Dinter para profissionais que atuam em um setor regulado e, mais especificamente, estão funcionalmente vinculados a uma Agência Reguladora, como a ANTT. Em complemento ao tema, todos os demais objetivos indicados no referido dispositivo são promovidos, com destaque para: qualificar recursos humanos para atuação no mercado de trabalho, contribuir para o aumento da produtividade das organizações brasileiras e atender demandas profissionais da agência.

Ressalte-se, ainda, que a FGV Direito Rio conta com experiência prévia na gestão de PCIs. Com a Universidade Federal do Amazonas, instituição receptora, foi iniciado em 2023 projeto para a oferta de curso de Mestrado Interinstitucional do qual participaram especialmente servidores do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM).

Como projeto focado na formação de pessoas, a realização de todos os objetivos acima torna imprescindível que os participantes do curso participem dos encontros das disciplinas, grupos de pesquisa e seminários a serem organizados no âmbito do projeto ou mesmo outros promovidos pela FGV Direito Rio, de modo não só a satisfazer as obrigações do Regulamento do curso, mas, especialmente, a garantir a formação mais ampla e sólida possível em Direito da Regulação.

3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

3.1. Métodos e técnicas utilizadas

As disciplinas e atividades de ensino e pesquisa dos cursos de mestrado e doutorado serão desenvolvidas em torno de seminários ou aulas orientadas na exposição dialogada que estimulem a participação contínua do grupo, instigando a reflexão, o debate e a troca de informações relacionadas ao programa de cada curso.

A construção das dissertações e teses, por sua vez, envolverá diálogo com o professor orientador e etapas fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, como a consolidação de projeto de pesquisa e a realização de exame de qualificação, nos termos das obrigações previstas no Regulamento do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da FGV Direito Rio (PPGD).

O corpo docente disponível para a condução das disciplinas, grupos de pesquisa e atividades de orientação, a ser fixado seguindo critérios acadêmicos e as diretrizes fixadas pela área de Direito da Capes para a avaliação dos Programas de Pós-graduação *stricto*

sensu, congrega os docentes permanentes e colaboradores do PPGD, todos professores doutores, com produção aderente às suas linhas de atuação no Programa e muitos com atuação destacada na comunidade jurídica e formação marcada por relevantes níveis de internacionalização. Ao todo, esse grupo reúne 17 docentes, sendo 14 permanentes e 3 colaboradores.

O projeto prevê até 30 vagas destinadas ao curso de mestrado e até 15 vagas para o curso de doutorado.

A carga horária de cada curso se distribui da seguinte maneira:

Mestrado:

690 (seiscentos e noventa horas), distribuídas em:

- 6 (seis) créditos em disciplinas obrigatórias;
- 12 (doze) créditos em disciplinas eletivas;
- 5 (cinco) créditos de atividades supervisionadas, sendo:
 - 1 (um) crédito em publicação de trabalhos bibliográficos;
 - 2 (dois) créditos pela participação em Grupos Institucionais de Pesquisa;
 - 2 (dois) créditos livres em atividades previamente oferecidas no PPGD nos termos do parágrafo primeiro deste dispositivo ou em outros Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, desde que previamente autorizadas pela coordenação do PPGD.
- 24 (vinte e quatro) créditos para orientação e apresentação da Dissertação, sendo:
 - Dissertação 1: formalizar a orientação até o final do semestre (4 créditos);
 - Dissertação 2: apresentar a versão atualizada do projeto de dissertação ao professor orientador e integralizar 2 (dois) créditos de atividades supervisionadas (4 créditos);
 - Dissertação 3: obter a aprovação no Exame de Qualificação (8 créditos);
 - Dissertação 4: depositar e defender a dissertação no prazo estipulado pela Coordenação do PPGD (8 créditos).

Doutorado:

1.125 (mil cento e vinte e cinco horas), distribuídas em:

- 3 (três) créditos na disciplina obrigatória “Desenho e Técnicas avançadas de Pesquisa”;
- 3 (três) créditos em disciplina obrigatória referencial de linha de pesquisa do Programa:
 - Teoria das Estruturas Regulatórias – Linha de Pesquisa: Governança Regulatória, Instituições e Justiça;
 - Teoria das Estratégias Regulatórias – Linha de Pesquisa: Economia, Intervenção e Estratégias Regulatórias;
- 15 (quinze) créditos em disciplinas eletivas;
- 48 (quarenta e oito) créditos em atividades de orientação, qualificação e depósito da tese, sendo:
 - Tese 1: formalizar a orientação até o final do semestre (4 créditos);
 - Tese 2: apresentar a versão atualizada do projeto de tese ao professor orientador (4 créditos);

- Tese 3: participar nos Seminários de Tese I (4 créditos);
- Tese 4: participar nos Seminários de Tese II e depositar versão final do projeto de tese (4 créditos);
- Tese 5: participar nos Seminários de Tese III (8 créditos);
- Tese 6: obter a aprovação no Exame de Qualificação (8 créditos);
- Tese 7: desenvolver a tese de doutorado e integralizar os créditos do curso (8 créditos);
- Tese 8: depositar a tese no prazo estipulado pela Coordenação do PPGD (8 créditos).
- 15 (quinze) créditos em atividades supervisionadas, sendo:
 - 9 (nove) créditos em publicação de trabalhos bibliográficos;
 - 2 (dois) créditos pela participação na oficina Metodologias de Ensino e Dimensões da Atuação Docente;
 - 2 (dois) créditos pela participação em grupos institucionais de pesquisa;
 - 2 (dois) créditos livres.

Cada disciplina do Programa possui 45 horas, o que corresponde, nos termos do Regulamento do Curso, disponível no site do PPGD e que constitui parte integrante da presente proposta, a 3 créditos. Cada crédito de atividade supervisionada corresponde a 15h, exceto no cômputo do crédito de publicação.

Disciplinas obrigatórias do curso de Mestrado:

- **Teoria do Estado Regulador** - 45 horas (3 créditos)
- **Metodologia da Pesquisa em Direito** - 45 horas (3 créditos)

Disciplinas obrigatórias do curso de Doutorado:

- **Desenho e Técnicas Avançadas de Pesquisa** - 45 horas (3 créditos) (obrigatória universal)
- **Teoria das Estruturas Regulatórias** - 45 horas (3 créditos) (obrigatória da linha de pesquisa Governança Regulatória, Instituições e Justiça)
- **Teoria das Estratégias Regulatórias** - 45 horas (3 créditos) (obrigatória da linha de pesquisa Economia, Intervenção e Estratégias regulatórias)

Disciplinas eletivas previstas (comuns aos cursos de Mestrado e de Doutorado):

- **A Produção Normativa dos Órgãos Reguladores** - 45 horas (3 créditos)
- **Análise Econômica do Direito** - 45 horas (3 créditos)
- **Regulação e Concorrência em setores de infraestrutura** - 45 horas (3 créditos)
- **Teoria da Regulação** - 45 horas (3 créditos)
- **Transformações do Direito Público** - 45 horas (3 créditos)
- **Agências reguladoras e controle externo** - 45 horas (3 créditos)
- **Teoria dos Contratos Públicos na Regulação** - 45 horas (3 créditos)

Grupos de pesquisa previstos:

- **Regulação em Números - 30 horas (2 créditos)**
- **Regulação ambiental e transição energética - 30 horas (2 créditos)**

Para o cumprimento da formação docente, será oferecida para os doutorandos a atividade supervisionada **Metodologias de Ensino e Dimensões da Atuação Docente**, com 30 horas (2 créditos).

Proposta de organização das aulas das disciplinas: as 45 horas de cada disciplina serão divididas em 3 blocos:

- Encontro de apresentação: 3h (mediados por tecnologia em modalidade síncrona);
- Encontros de preparação: 12h distribuídas em 3 encontros de 4h/cada, mediados por tecnologia em modalidade síncrona;
- Seminários: 30h presenciais, iniciados uma semana após a conclusão do último encontro de preparação. Eles serão organizados em 5 encontros de 6h/cada. Cada encontro será oferecido uma vez por semana nas dependências da instituição receptora com uma pausa de uma semana após as duas primeiras semanas e nova pausa após a quinta semana de atividades;
- Duas disciplinas serão oferecidas concomitantemente, sendo:
 - a primeira com encontros mediados por tecnologia às segundas e quartas entre 17h e 21h e, na fase de seminários, às sextas-feiras (das 9h30 às 12h30 e das 15h às 20h);
 - a segunda com encontros mediados por tecnologia às terças e quintas entre 17h e 21h e, na fase de seminários, aos sábados (das 9h às 12h e das 13h30 às 16h30);
- Cada par de disciplinas se prolongará, como regra, por 9 semanas, no seguinte modelo previsto

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	
Semana 1 (Online)	Encontro de Apresentação	Encontro de Apresentação	Encontro de Preparação	Encontro de Preparação			Encontros de Apresentação e Preparação
Semana 2	Sem atividade						
Semana 3 (Presencial)					Seminário 1 e 2 9h30 às 12h30 15h às 18h	Seminário 1 e 2 9h às 12h 13h30 às 16h30	Atividades por Zoom 15h/aula
Semana 4 (Presencial)					Seminário 3 e 4 9h30 às 12h30 15h às 18h	Seminário 3 e 4 9h às 12h 13h30 às 16h30	
Semana 5 (Online)	Encontro de Preparação	Encontro de Preparação	Encontro de Preparação	Encontro de Preparação			Seminários
Semana 6	Sem atividade						
Semana 7 (Presencial)					Seminário 5 e 6 9h30 às 12h30 15h às 18h	Seminário 5 e 6 9h às 12h 13h30 às 16h30	Atividades Presenciais 30h/aula
Semana 8 (Presencial)					Seminário 7 e 8 9h30 às 12h30 15h às 18h	Seminário 7 e 8 9h às 12h 13h30 às 16h30	
Semana 9 (Presencial)					Seminário 9 e 10 9h30 às 12h30 15h às 18h	Seminário 9 e 10 9h às 12h 13h30 às 16h30	

- Nesse modelo, cada semestre letivo englobará, a princípio, 4 disciplinas, sendo a seguinte a organização projetada:
 - 2 nos meses de fevereiro e abril;

- 2 nos meses de maio e junho;
- 2 nos meses de agosto e setembro;
- 2 nos meses de outubro e dezembro.
- No presente modelo, as 12 disciplinas serão ofertadas em 3 semestres letivos, com a seguinte previsão, sujeita a alterações:



Os projetos acadêmicos e científicos que serão desenvolvidos em função do projeto serão definidos pelos alunos aprovados sob supervisão dos seus respectivos docentes orientadores, devendo todos ser aderentes à área de concentração do Programa (Direito da Regulação) e a pelo menos uma das suas duas linhas de pesquisa:

1. Governança Regulatória, Instituições e Justiça

A primeira linha de pesquisa – “Governança Regulatória, Instituições e Justiça” – reúne pesquisas que visam a compreender, analisar, diagnosticar e apontar soluções para problemas relacionados a aspectos estruturais do Estado e das suas instituições (incluindo o seu processo decisório), das instituições transnacionais à luz do seu viés regulador e os fundamentos jurídicos, econômicos e sociais da regulação. O foco dessas análises recai no seu papel no domínio econômico e na prestação de serviços públicos, nas suas vocações constitucionais, na complexidade das relações sociais em que as suas competências se desenvolvem, nos impactos decorrentes da mudança da governança estatal do tipo hierarquizado para um modelo policêntrico, nas suas credenciais democráticas, nos limites e programas sob a forma de normas constitucionais (regras e princípios) que condicionam a sua atuação, nos limites epistêmicos que afetam as escolhas regulatórias e no seu controle, no seu processo decisório em todas as suas dimensões, incluindo a sancionatória (administrativa e penal), no papel desempenhado pelos institutos de direito administrativo para a conformação de decisões e atividades regulatórias (como atos e contratos administrativos, concessões e licitações) e no seu papel na realização de objetivos

econômicos, políticos e sociais relevantes, incluindo nesse universo a proteção de direitos e outros bens públicos globais. Além de buscar evidenciar os fundamentos, atribuições, características e funções da atuação do Estado, a linha também se volta ao estudo das Agências Reguladoras e das instituições e estruturas de governança, públicas ou privadas, nos planos nacional e internacional, que exercem funções regulatórias ou afetam opções regulatórias e de outras instituições que interagem com agentes reguladores em arranjos institucionais específicos, especialmente as que exercem funções de controle de escolhas regulatórias, como tribunais de contas, órgãos do Poder Judiciário e mesmo órgãos transnacionais, com o propósito de conhecer a sua conformação institucional, o desenho institucional em que atuam e o seu processo decisório. Isso passa pelos processos de produção normativa de natureza regulatória, de coordenação e de decisão a partir da interpretação e aplicação de atos regulatórios. No âmbito do processo decisório, a linha também explora mecanismos alternativos de solução de conflitos regulatórios, abrindo-se para a consensualidade e a arbitragem na Administração Pública. A linha, no fundo, pretende desenvolver, tanto de maneira isolada como de maneira articulada, conhecimentos relacionados aos três pilares do que Adrian Vermeule já chamou de “o novo Estado administrativo”: o direito, a democracia e o conhecimento, passando prioritariamente pelas questões políticas, jurídico-dogmáticas, internacionais e de teoria do direito por trás das dinâmicas de conformação, ação, participação e decisão das entidades reguladoras ou das outras instituições que com ela interagem, garantindo, assim, análises e diagnósticos ao mesmo tempo mais amplos e profundos sobre desafios enfrentados pelo Estado, tanto isoladamente como em perspectiva internacional, e por entidades que exercem funções regulatórias. No plano global, a linha se volta à investigação das novas tendências dos processos de formulação normativa internacional por organizações internacionais e entes não estatais (non-state actors), que se materializam em novas fontes do direito internacional de caráter regulatório e nos grandes temas que passam por escolhas regulatórias não exclusivamente limitadas por decisões estatais, como o tratamento regulatório das mudanças climáticas e a tutela do desenvolvimento.

2. Economia, Intervenção e Estratégias Regulatórias

A segunda linha – “Economia, Intervenção e Estratégias Regulatórias” – objetiva desenvolver pesquisas focadas no conteúdo de opções regulatórias e voltadas tanto ao conhecimento das dinâmicas de setores regulados ou que demandam regulação (como os setores de infraestrutura, transportes, saneamento, energia, mineração, cinema, telecomunicações, petróleo, gás natural e biocombustíveis, saúde e bancário), como à propositura de respostas, jurídicas ou não, para problemas de mercado, de formulação e implementação de políticas públicas ou de coordenação entre entidades reguladoras e atores privados em um ambiente marcado pela busca por inovação e avanços tecnológicos e a valorização da sustentabilidade como valor jurídico e corporativo. Para tanto, a linha privilegia, para além das respostas jurídicas convencionais para lidar com desafios regulatórios, (i) novas perspectivas para se pensar soluções para problemas regulatórios, como o papel exercido pela tributação sobre o comportamento de agentes regulados, e (ii) um olhar econômico para a compreensão e a orientação adequada dos sistemas de incentivos gerados por opções regulatórias e para a análise dos efeitos de escolhas regulatórias. Como muitas dessas escolhas se concretizam por meio de políticas públicas, a linha também se volta à exploração dos pontos de contato entre políticas de diferentes naturezas (como por exemplo as políticas política de defesa da concorrência, de defesa do consumidor, a política industrial, a política de defesa comercial, a política de proteção dos direitos de propriedade intelectual, a segurança pública e a política de gestão da intervenção

no meio ambiente) e a realização de objetivos constitucionais relevantes que afetam opções regulatórias, notadamente direitos fundamentais relacionados ao exercício de liberdades e outros que podem limitar o seu exercício nos espaços físico e virtual, como direitos da personalidade e a tutela do meio-ambiente. Nesse contexto, destacam-se os dilemas e as alternativas regulatórias em setores como saúde, educação, internet, seguros e previdência. Diferentemente de visões mais convencionais, a presente linha de pesquisa não se limita a analisar o fenômeno regulatório a partir de uma perspectiva estatal, mas se amplia para o conhecimento dos cenários regulados ou de regulação desejável em que atores privados (empresas e consumidores, por exemplo) atuam e tomam decisões. Assim, a linha abrange pesquisas sobre o perfil e o comportamento dos consumidores e dos efeitos de alternativas regulatórias sobre eles, além de estudos sobre a função e a natureza de empresas, o seu papel nos mercados e as relações entre regulação e concorrência, incluindo o e-commerce. No universo de setores especificamente regulados, a linha abrange, ainda, estudos destinados a explorar as implicações jurídicas, políticas, sociais e culturais provenientes do avanço das tecnologias da informação e da comunicação. Nesse sentido, a linha se volta ao desenvolvimento de estudos nas áreas de Governança da Internet e Transformação Digital, Proteção de Dados e Cibersegurança, Regulação de Plataformas Digitais e Governança de Infraestruturas Digitais, Inteligência Artificial e Ciência de Dados.

As disciplinas selecionadas encontram-se no item 1.1.3, supra, e os seus planos de ensino, que poderão sofrer ajustes até a data de início do curso, estão anexados à presente proposta.

A seleção dos alunos dos cursos de mestrado e de doutorado observará regras previamente apresentadas no projeto.

Para o desenvolvimento dos cursos, prevê-se o oferecimento de aulas mediadas por tecnologia, na modalidade síncrona, sempre dentro do limite de 40% do total de cada disciplina, tal qual fixado pela área de Direito da Capes. Em função de restrições regulatórias e visando à manutenção dos mesmos padrões de qualidade dos cursos oferecidos no Rio de Janeiro, não serão oferecidos módulos gravados ou cujo conteúdo seja disponibilizado por vídeo.

O material didático de cada disciplina será composto pelas referências bibliográficas indicadas pelos docentes (livros, capítulos, artigos publicados em periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos acadêmicos), que serão disponibilizadas em portal próprio da FGV.

3.2. Etapas

São as etapas de execução do projeto:

Oferecimento de disciplinas, grupos de pesquisa e atividade supervisionada de formação docente nos termos do seguinte cronograma estimado:

2026.2 (Mestrado e Doutorado)

4 Disciplinas com 45h/cada: Teoria do Estado Regulador, Desenho e Técnicas Avançadas

de Pesquisa, Metodologia da Pesquisa em Direito e Agências Reguladoras e Controle Externo;

2027.1 (Mestrado e Doutorado)

4 Disciplinas com 45h/cada: Teoria das Estratégias Regulatórias, Teoria dos Contratos Públicos na Regulação. Teoria das Estruturas Regulatórias e Regulação e Concessões em Setores de Infraestrutura

Grupo de pesquisa com 30h;

2027.2 (Mestrado e Doutorado)

4 Disciplinas com 45h/cada: Teoria da Regulação, Análise Econômica do Direito, A produção normativa dos órgãos reguladores e Transformações do Direito Público;

2028.1 (Mestrado e Doutorado)

Atividade Supervisionada Metodologias de Ensino e Dimensões da Atuação Docente, com 15h;

Seminário Temas atuais em Direito da Regulação em Perspectiva Multidisciplinar, com 15h, na FGV Direito Rio;

Grupo de pesquisa com 30h;

Junho de 2028: previsão de depósito das dissertações de mestrado;

Importância para os resultados do projeto: A realização das disciplinas e atividades supervisionadas é condição necessária para a conclusão dos cursos de mestrado e de doutorado. Além disso, as disciplinas oferecem a formação teórico-metodológica necessária para a construção das dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Métodos empregados: as aulas serão desenvolvidas em torno de encontros síncronos mediados por tecnologia primariamente dedicados a debates com os docentes a partir do emprego de metodologias participativas de ensino. Os encontros presenciais se organizarão basicamente em torno de seminários coordenados pelos docentes.

Resultados esperados: a integralização de todos os créditos em disciplinas e grupos de pesquisa por mestrandos e doutorandos até o final do segundo ano de vínculo com o Programa.

Realização de seminário de integração em 2028.2 com a instituição receptora (em Brasília).

Importância para os resultados do projeto: a realização do seminário de integração permitirá que os alunos apresentem as suas propostas de tese de doutorado em Grupos de Trabalho coordenados por professores doutores e recebam críticas, sugestões e comentários destinados ao aprimoramento das suas propostas. Além disso, serão organizadas palestras com docentes que enfrentarão temas centrais do Direito da Regulação, contribuindo para a formação dos doutorandos e dos egressos do curso de mestrado.

Métodos empregados: Os Grupos de Trabalho envolverão a discussão de textos previamente enviados para uma banca formada por professores-doutores.

Resultados esperados: Amadurecimento das propostas de tese após os comentários feitos pelos docentes participantes dos Grupos de Trabalho.

Desenvolvimento prioritário das dissertações: 2028.2, último semestre de vínculo dos alunos, que já terão integralizado todos ou a maior parte dos créditos devidos.

Importância para os resultados do projeto: o depósito da dissertação, sob orientação de docente do PPGD, é requisito necessário para a obtenção do título de mestre.

Métodos empregados: a orientação será conduzida por trocas de mensagens eletrônicas e encontros mediados por tecnologia.

Resultados esperados: depósito no prazo fixado pela coordenação das dissertações de mestrado dos alunos participantes do curso (até 30 trabalhos).

Desenvolvimento prioritário das teses de doutorado: 2028.2, 2029, 2030, períodos em que os alunos já terão integralizado todos ou a maior parte dos créditos devidos.

Importância para os resultados do projeto: o depósito da tese, sob orientação de docente do PPGD, é requisito necessário para a obtenção do título de doutor.

Métodos empregados: a orientação será conduzida por trocas de mensagens eletrônicas e encontros mediados por tecnologia.

Resultados esperados: depósito no prazo fixado pela coordenação das teses de doutorado dos alunos participantes do curso (até 15 trabalhos).

4. PREVISÃO DE INÍCIO, TEMPO DE EXECUÇÃO E CUSTO TOTAL

O projeto tem previsão de início em agosto de 2026, com duração aproximada de 48 meses, sendo 24 meses relacionados ao curso de mestrado e 48 meses relacionados ao curso de doutorado. Os alunos de mestrado 21 meses e um custo total de **R\$ 6.705.230,00** (seis milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e trinta reais) distribuídos conforme indicado

Ano contratual 6: R\$ 959.395,83

Ano contratual 7: R\$ 2.064.260,00

Ano contratual 8: R\$ 1.700.160,00

Ano contratual 9: R\$ 1.234.110,00

Ano contratual 10: R\$ 747.304,17

Este projeto foi estabelecido pela ANTT e os valores supracitados encontram-se dentro do limite de até 25% dos valores anuais previstos para os anos concessão estabelecidos, seguindo o disposto na Resolução ANTT nº 6.021, de 2023 e na Deliberação ANTT nº 169, de 2024.

O projeto tem previsão de início em agosto de 2026, com duração aproximada de 48 meses, sendo 24 meses relacionados ao curso de mestrado e 48 meses relacionados ao

curso de doutorado s alunos de mestrado 21 meses e um custo total de R\$ 7.534.666,95 (sete milhões, quinhentos e trinta e quatro reais, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos) distribuídos conforme indicado

Ano contratual 6: R\$ 1.078.073,10

Ano contratual 7: R\$ 2.319.608,96

Ano contratual 8: R\$ 1.910.469,79

Ano contratual 9: R\$ 1.386.769,41

Ano contratual 10: R\$ 839.745,69

Este projeto foi estabelecido pela ANTT e os valores supracitados encontram-se dentro do limite a ela estabelecido para seus valores anuais previstos para os anos concessão, seguindo o disposto na Resolução ANTT nº 6.021, de 2023 e na Deliberação ANTT nº 169, de 2024.

O valor também contempla o provisionamento da concessionária para despesas administrativas (7,37%) e reserva técnica (5%), conforme § 5º do art. 10. da Resolução nº 6.021, de 2023 e § 4º do art. 6 da Portaria nº 17, de 06 de dezembro de 2023 respectivamente. A concessionária fundamenta-se no exercício legítimo da prerrogativa de alocação de recursos à Reserva Técnica, em razão da complexidade e da amplitude do projeto, bem como das incertezas inerentes a fatores externos que podem impactar sua execução. Tal previsão encontra respaldo na Portaria nº 17, de 6 de dezembro de 2023, com redação conferida pela Portaria nº 9, de 9 de agosto de 2024, nos seguintes termos: “A concessionária poderá prever um valor de até 5% do projeto para Reserva Técnica, com a finalidade de atender a despesas imprevistas e diretamente relacionadas à execução do projeto”.

5. LOCAL DE EXECUÇÃO

Os encontros presenciais ocorrerão na cidade de Brasília, onde está localizada a instituição receptora, o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), a Escola Superior de Governo do Tribunal de Contas da União, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 3, Solo 8, Lote 3 Brasília, DF – CEP 72200-003 | Telefone: (61) 3316-5802.

6. ENTIDADE E EQUIPE EXECUTORA

6.1. Identificação da entidade

A Instituição promotora é a FGV Direito Rio, a qual, nos termos do artigo 2º, IV, da Portaria 120/2023 da Capes, “responde pela promoção, gestão, coordenação acadêmica, titulação dos discentes e garantia do padrão de qualidade dos projetos, por intermédio, exclusivamente, de um de seus programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos, identificado como Programa Promotor, que responderá pela oferta da nova turma de mestrado e/ou de doutorado”;

A Instituição receptora é o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), a Escola Superior de Governo do Tribunal de Contas da União;

Este projeto não prevê a concessionária como executora do projeto, limitando-se ao escopo de gerir a execução do projeto pela entidade executora, de forma alinhada e aderente as obrigações regulatórias e contratual atribuída a concessionária pelo poder concedente.

6.2. Identificação da equipe executor

Coordenador do Programa Promotor: Prof. Dr. Fernando Angelo Ribeiro Leal. CPF: 091.097.987-14. Doutor em direito pela Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, com bolsa do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), tendo obtido nota máxima (summa cum laude) na avaliação da tese e no Rigorosum. É também doutor e mestre em direito público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Realizou estágio pós-doutoral na condição de pesquisador visitante na Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg e na Universität Bayreuth. Coordenador da Pós-graduação *stricto sensu* e em Direito da Regulação e professor da FGV Direito Rio;

Cocordenador acadêmico do PCI: Prof. Dr. Bruno Dantas Nascimento. CPF: 898.405.005-97. Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. Possui Pós-Doutorado em Direito pela UERJ. Senior Global Fellow from Practice Government, afiliado ao Center on Civil Justice da New York University. Realizou pesquisas como Visiting Researcher na Cardozo School of Law (Nova York), PostDoctoral Scientific Guest do Max Planck Institute for Regulatory Procedural Law (Luxemburgo) em 2017 e pesquisador visitante no Institute de Recherche Juridique da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne em 2019. É Secretário-Geral da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional. Foi Consultor-Geral do Senado Federal e Conselheiro do CNJ e do CNMP. Atualmente é Professor Titular do Mestrado em Direito da UNINOVE (São Paulo), Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Regulação da FGV Direito-Rio e Professor da graduação em Direito na UERJ. Presidiu a Comissão de Juristas designada pela Câmara dos Deputados para elaborar propostas legislativas de aperfeiçoamento da gestão governamental e aperfeiçoamento do sistema de controle da Administração Pública. Compôs a Comissão de Juristas instituída pelo Presidente do Senado Federal para elaborar anteprojeto de novo Código de Processo Civil (2009/2010). É autor de inúmeros artigos científicos, obras coletivas e dos livros "Recurso Extraordinário, Recurso Especial e a nova função dos tribunais superiores no direito brasileiro", em coautoria com Teresa Arruda Alvim (Editora Revista dos Tribunais), "Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado - questões processuais" e "Teoria dos Recursos Repetitivos: tutela pluri-individual nos recursos dirigidos ao STF e ao STJ";

Corpo docente: Integrado pelos docentes permanentes do PPGD da FGV Direito Rio e eventuais docentes colaboradores, todos listados em anexo, e convidados;

Os professores orientadores, integrantes do corpo docente do PPGD da FGV Direito Rio, serão designados pela coordenação da instituição promotora, privilegiando, sempre que possível, as opções dos discentes, mas evitando concentração de orientações em poucos professores e buscando sempre a distribuição equilibrada;

7. PRODUTOS

Será desenvolvido serviço técnico profissional especializado à prestação de serviços educacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, na qualidade de instituição que responde pela promoção, gestão, coordenação acadêmica e garantia do padrão de qualidade do projeto de curso de pós-graduação *stricto sensu* / Mestrado e Doutorado a ser realizado

nos termos da Portaria CAPES nº 120, de 26 de junho de 2023, que regulamenta a apresentação e o acompanhamento dos Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI).

Os produtos serão os cursos de mestrado e doutorado totalizando até 30 dissertações e até 15 teses, respectivamente, produzidas sob orientação de docentes do PPGD. Esses trabalhos, no todo ou em parte, poderão ser publicados, gerando livros e/ou artigos capazes de impactar os temas e setores regulados aos quais se dedicarem.

Além das 30 dissertações e 15 teses previstas, prevê-se a construção dos seguintes produtos pelos discentes envolvidos: artigos como trabalhos de conclusão de cada disciplina e relatórios dos grupos de pesquisa, que também poderão vir a ser publicados como artigos ou capítulos de coletâneas. Prevê-se, ainda, um seminário de integração entre as instituições promotora e receptora do PCI, que contará com a participação de docentes e discentes das duas instituições e eventuais convidados. Dependendo do número de trabalhos enviados e da qualidade dos textos finais, poderá ser organizada coletânea, assim como, por exemplo, o PPGD o fez em sua experiência como promotora de PCI com a Universidade Federal do Amazonas, que gerou o livro *Constitucionalismo, regulação e transição energética*, publicado pela editora JusPodivm.¹

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / NORMATIVOS APLICÁVEIS

As referências bibliográficas estão indicadas nos planos de trabalho de cada disciplina.

¹ Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/publicacao/constitucionalismo-regulacao-e-transicao-energetica>

9. ANEXOS DO PLANO DE TRABALHO

Deverão ser apensados os anexos listados a seguir, e outros que se fizerem necessários:

I - Resumo do Plano de Trabalho;

II - Cronograma físico-financeiro do projeto;

III - Propostas técnicas e comerciais dos terceirizados que irão participar do projeto;

IV - Cotações comerciais;

V - Currículo dos coordenadores em formato .pdf;

VI - Orçamento analítico previsto;

VII - Lista de bens, produtos e estudos com previsão de transferência; e

VIII - Declaração de observância ao disposto na Resolução nº 6.021, de 2023, e na Portaria nº 17, de 2023.